

Ditadura ou Revolução?

A herança política e os caminhos incertos dos herdeiros da I República

LUÍS FARINHA *

Perante a crise política de finais de século XIX, o arcaísmo socioeconómico e cultural de Portugal e a sua secular dependência externa, sectores modernizadores das classes médias urbanas e uma aristocracia operária muito activa encarregaram-se de resgatar o país do «atraso histórico» e da abulia moral e decadentista, através de um projecto republicano patriótico e regenerador, ordeiro numa primeira fase e, finalmente, revolucionário em 1910.

Frente a um país arcaico, rural e analfabeto, as elites republicanas (de homens de leis, de oficiais das forças armadas, de médicos e de professores) incumbiram-se a si próprias de uma «missão histórica»: a de «salvar a Pátria» através da República, libertando o país do passado e das suas dependências crónicas.

No entanto, não foi fácil construir a «sociedade nova» a que os republicanos aspiraram: apontaram-se metas longínquas, mas não se reuniram os meios adequados para as atingir. A decepção sobreveio logo aos primeiros choques com a realidade. Quatro anos depois da implantação, a República não só não era capaz de resolver o problema económico e cultural do país, como se tornara ela própria um regime político a necessitar de reformas.

* Doutor em História Contemporânea. Investigador integrado do Instituto de História Contemporânea (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa).

Investiu toda a sua vitalidade num intervencionismo na Primeira Guerra Mundial, para salvar as colónias e para credibilizar a própria República. Mas também neste caso particular não previu adequadamente os meios necessários à intervenção e, por essa razão, arruinou a sua reputação como regime salvador. Os seus líderes históricos caíram em desgraça e ganharam legitimidade os adversários e inimigos.

Um frágil «compromisso histórico»

Politicamente, a I República balanceou-se sempre entre um projecto revolucionário, conduzido pelo partido que tinha feito a Revolução de 5 de Outubro, e a reconstitucionalização do regime, através da implantação de um rotativismo parlamentar que abrisse verdadeiras alternativas à direita e à esquerda do partido dominante.

Porém, numa sociedade altamente analfabeta e pobre, com um predomínio ainda muito forte da aristocracia e do clero tradicionais, foi demasiado frágil o compromisso histórico revolucionário criado pelas novas elites republicanas. Um ano após a implantação da República, as medidas reformadoras mais emblemáticas do Governo Provisório¹ desagradaram às classes que, na sequência do 5 de Outubro, haviam ficado desapaçadas de poder e de privilégios, e a contenção das reivindicações económicas do operariado desagradou ao «povo republicano», que se batera na rua, de armas na mão, para implantar o novo regime. Por isso, a partir de Setembro de 1911, o bloco político histórico cindiu-se em três tendências irreduzíveis: findara o período revolucionário sem que, no futuro, tivesse havido alguma outra fórmula possível de governo sustentável. Falhou o projecto revolucionário, conduzido por um partido único, mas também falhou, durante toda a República, a reconfiguração das três principais tendências existentes em verdadeiros partidos políticos, capazes de disputar, em alternância, o poder, de forma democrática. Mesmo quando, mais tarde, se autonomizaram (com as designações de *liberais*, de *reconstituintes*, de *nacionalistas*, de *radicais*, de *esquerdistas*, etc.), os novos partidos estiveram sempre associados a experiências governativas de composição onde predominou, maioritariamente, o partido que conduziu a revolução de 5 de Outubro. Era um «centrão» de múltiplas tendências: a esquerda (sociológica e política) nunca foi integrada, tornou-se tumultuosa e «revolucionária»; a verdadeira direita nunca participou no jogo democrático, era arcaica, contra-revolucionária, anti-democrática ou monárquica e, portanto, apostada em combater o novo regime. Portugal estava ainda longe das possibilidades de uma democracia de massas.

Foi, por isso, muito curta a vida da «República» que os revolucionários representaram, de forma simbólica, pela figura de uma mulher poderosa e decidida, de barrete frígio e peitos desnudados, como uma deusa que, munida de uma balança ou de uma espada e de uma lança, conduziu a Pátria e a Nação republicana pelos caminhos da justiça, da paz e da abundância. Com a crescente degradação do regime, essa «República», corajosa e determinada, foi adquirindo defeitos nas mãos dos caricaturistas – de figura esbelta e jovem, transmutou-se em anafada e velha, motivo de mofa e de raiva pelos erros e desilusões que trouxe.

Infeliz, a República, não necessitou da voz crítica dos seus inimigos para cair em desgraça. Na verdade, foram sempre tão duras a pena e a verve dos seus discípulos para com ela, como o combate dos adversários. Em parte, porque era livre e desapiedada a imprensa que se publicava por esse tempo²; em parte também, porque a República liberal e democrática acolheu no seu seio todos os portugueses, muitos deles «adesivos», antiliberais e antidemocráticos, que a atraíram na primeira curva da estrada. Inspiradas por um ideal de resgate nacional, modernizador e colonial, as forças políticas existentes estiveram, contudo, muito longe de se terem unido num projecto revolucionário e, muito menos ainda, de se disporem a disputar, de forma aberta, o jogo democrático.

Nestas circunstâncias, é bem mais espantosa a longevidade do regime do que a sua queda, de tal modo foi maltratada a República: no Parlamento, na imprensa ou na rua. Se durou ainda oito anos para além do terrível flagelo da Guerra, embora em agonia, isso deveu-se, sem dúvida, à sua força original, galvanizadora da mudança profunda ansiada por uma parte muito substancial da nação em 1910.

Perdida a República democrática...

Nos finais de Dezembro de 1923 (dia 17), depois da queda de mais um governo constitucional no Parlamento – o resultante do bloco *nacionalista* conduzido por Ginstal Machado –, o capitão Cunha Leal fazia uma conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa. Nessa conferência, e na presença de mais de quinhentos oficiais do Exército (entre eles o general Carmona, futuro presidente da República da Ditadura), o ex-ministro das Finanças daquele governo, defensor de uma solução constitucional e civilista, alertava para o rumo previsível do país: «As ditaduras hão-de vir, quer queiram quer não, pela força inevitável dos acontecimentos.»

O bloco histórico que, a partir de 1908, se foi constituindo para realizar o projecto republicano cindira-se aos primeiros embates com a realidade arcaica da formação económico-social portuguesa, muito antes de ter levado a revolução a bom

porto. A atitude intervencionista e o governo de «União Nacional» que a defendeu representaram, por si, uma estratégia nacional de reconstituição do bloco revolucionário de 1910. No entanto, tendo constituído a guerra um relativo desastre militar, foram graves as consequências políticas dela decorrentes: as compensações foram ténues e tardias, e as forças armadas mostraram-se ressentidas contra um regime que as enviara para a frente de combate, sem organização nem meios adequados.

Durante e depois da guerra, os homens apontaram o dedo ao «partido único» que tinha dirigido o país desde 1910, e ao seu líder, até aí incontestado, Afonso Costa.

Com Sidónio Pais, os críticos do *afonsismo* afastaram os antigos detentores do poder e experimentaram uma nova fórmula política presidencialista e ditatorial, mas sem qualquer possibilidade prática de aplicação naquelas circunstâncias históricas. No entanto, o Sidonismo abriu as portas às profundas alterações políticas que varreram o país no período a seguir à guerra.

De solução, o regime convertera-se em mais um problema a resolver no país. Chegados a 1921, os dois grandes campos políticos republicanos e democráticos eram, de facto, frágeis e incapazes de constituírem, cada um por si, uma alternativa política: o Partido Democrático, herdeiro histórico do património revolucionário, enfraquecia a cada cisão³, mas mantinha o predomínio organizativo e eleitoral – dominava, mas não governava. A partir de 1920, foi mesmo incapaz de integrar e de mediar os interesses do forte sector sindicalista revolucionário, que, descontente e empobrecido, se tornou incómodo e tumultuoso. Por outro lado, o bloco nacionalista de centro-direita⁴, frágil e desorganizado, foi sempre agregando a si uma crescente faixa da sociedade, que começava a rever-se nas soluções antidemocráticas e ditatoriais, sem que, contudo, conseguisse juntar a si todas as direitas da direita.

A guerra pusera fim à revolução republicana. Incapazes de reconstituírem o poder por via democrática e constitucional, republicanos de todos os matizes admitiram, a partir de 1923, a possibilidade de regenerar a República por uma «ditadura temporária» – um interregno parlamentar com reforço do poder executivo exercido por personalidades de reconhecida craveira técnica e elevado sentido nacional e patriótico⁵.

Chegados a 1926, um último obstáculo – o governo constitucional de António Maria da Silva – seria removido por uma conjugação de golpe militar e de «transmissão legal» dos poderes constitucionais pela parte do presidente da República Bernardino Machado ao comandante Mendes Cabeçadas.

Forçados por formidáveis constrangimentos económicos e sociais, os homens abdicavam da liberdade em nome de uma República ordeira e ditatorial.

Com a morte no peito

Quando, a 31 de Maio de 1926, um comando militar revoltoso, chefiado pelo capitão Carlos Vilhena, obrigou à suspensão do Congresso da República e encerrou o Palácio de São Bento, tinha acabado de cair um gabinete liderado por António Maria da Silva, o líder do Partido Democrático, legitimamente eleito por uma maioria absoluta do eleitorado, a 8 de Novembro do ano anterior⁶. Nesse mesmo dia 31 de Maio, a intransigência dos republicanos – da maioria e das minorias – tinha dado lugar a um Parlamento sem quórum, exaltado com muitos «Vivas à República», mas nervoso com o ruído, cada vez mais audível, do «tilintar das esporas» dos seus carrascos, que desde dia 28 desciam de Braga sobre Lisboa, a mando do general Gomes da Costa.

No entanto, aparentemente, nada parecia fazer perigar a serenidade dos órgãos legitimamente eleitos – Governo e Presidente da República. António Maria da Silva⁷, o chefe do Governo, apresentou, às 11 horas da noite do dia 30 de Maio, «o pedido de exoneração ao sr. Presidente da República, que [procederia naquele dia] às diligências necessárias para a constituição de um Governo Nacional». Na sequência desta «demissão», solicitada por um dos fundadores do regime republicano, o presidente da República Bernardino Machado ainda teve tempo para nomear «Presidente do Ministério e Ministro da Marinha, e interinamente das restantes pastas», um dos conspiradores do «Movimento de 28 de Maio», o comandante Mendes Cabeçadas⁸. De seguida, o expoliado despedia-se do intruso «com os mais dedicados votos» e «afectuosa consideração», numa carta em que, alegando procedimentos constitucionais, alienava assim o poder obtido do Congresso da República e do voto popular na pessoa do conspirador. Para tornar natural o acto de abdicação, reconhecia, estranhamente, a restauração «da ordem pública sem violentas colisões» e abençoava a constituição de um governo por Mendes Cabeçadas, em quem a «República tanto [confiava]»⁹.

Na verdade, a Revolta de 28 de Maio declarou-se numa conjuntura de completo desnorte do Parlamento, do governo de António Maria da Silva e do próprio presidente da República; este último, evitou intervir durante os meses de Abril e Maio de 1926, numa conjuntura em que já era visível um acentuado estado de degradação de todo o aparelho político-constitucional. Era como se, já cansados, Governo, presidente¹⁰ e Parlamento, ansiassem por um qualquer «messias» que os viesse libertar do peso insuportável do encargo que tinham.

A República, tão arduamente conquistada sobre as cinzas da Monarquia, caía de vencida, como se os seus legítimos (e verdadeiros) representantes estivessem convencidos da legitimidade dos conspiradores ou, de algum modo, os aguardas-

sem com a morte no peito. É certo que eram ainda republicanos (e animados das melhores intenções) alguns dos conspiradores que derrubaram a República em 28 de Maio – o seu desígnio expresso era o de exigir a nomeação «legal» de «um governo extrapartidário, constituído por republicanos que merecessem a confiança do país»¹¹.

No entanto, poderia este «pacto» ser levado a bom termo, tendo em conta o carácter marcial do movimento nortista (que em breve se tornou nacional), liderado por Gomes da Costa, um general acochado pelas pressões do «tenentismo» irrequieto de direita e pelas exigências imoderadas de mudança social e política em curso? Os dias seguintes encarregar-se-iam de mostrar como eram vãos os desígnios de Cabeçadas, obrigado a dividir o poder «outorgado» com o general e, pouco tempo depois, a 17 de Junho, a homologar o «despedimento» que lhe foi proposto pelas diferentes forças de direita conluiadas. A «revolução» fizera-se para varrer todos os «políticos».

Reina a (nova) ordem...

António Maria da Silva havia abandonado o Governo com a convicção de a República «estar defendida». Estranhamente, pelo país fora, a voz dos *democráticos* mostrava-se serena e confiante. Em Viseu, *A Voz da Verdade*, um jornal afecto ao partido, considerava que «não [havia] grande perigo pois a Revolução [era] republicana e o povo português já [tinha demonstrado] não aceitar qualquer Mussolini, ou Primo de Rivera, como já não aceitou Sidónio Pais»¹². Por outro lado, João Camoesas¹³ – um dos «bonzos»¹⁴ do Partido Democrático – considerava que «o país nunca [poderia] deixar de passar sem o PRP», e acrescentava: «De resto, há males que valem por bens. Esta crise vale para nós como um revulsivo eficaz e capacita-nos para novos cometimentos.»¹⁵

Os meses seguintes mostraram-lhes o quão errados estavam na sua análise. Habitados, como sempre, ao apoio do «bom povo republicano» desde os tempos heróicos da propaganda (1908-1910), não se terão apercebido da ruptura política trazida pela fronda contra-revolucionária que, aliando descontentes da extrema-direita à extrema-esquerda, se propunha instaurar uma «nova ordem política» de partido único e orientação incontestada, sob a batuta dos militares.

É certo que não é lícito acreditar na ingenuidade dos *democráticos* em matéria de política. O movimento revolucionário de 18 de Abril de 1925¹⁶ não tinha deixado dúvidas sobre o que pretendiam os nacionalistas, apoiados pelos militares: uma mudança inconstitucional da República, com desmantelamento dos partidos

políticos, dissolução do Parlamento e condução ditatorial do país. Tinha sido a primeira grande sacudida do regime. A segunda ocorreu uns meses depois, a 19 de Julho: os seus protagonistas, com destaque para o comandante Mendes Cabeçadas, tinham proposto um «interregno ditatorial», que podia consubstanciar-se numa autorização especial do Parlamento ao Governo, a termo certo – uma «ditadura temporária» –, mas dentro da continuidade do poder constitucional, embora de teor conservador, na linha do combate ao «esquerdismo» dos *democráticos* e da *esquerda democrática*¹⁷.

Perante tantos avisos à navegação, como puderam os partidários de António Maria da Silva ignorar os desígnios dos conspiradores de 18 de Abril e de 19 de Julho, implacáveis na sua acção de derrube do regime sem quaisquer contemplanções? Acima de tudo, como foi ele capaz de não reagir perante o afastamento de tantos genuínos republicanos e democratas, que, em momentos sucessivos, foram abandonando o Partido Democrático (ou se tornaram seus críticos implacáveis), perante a incapacidade de acolhimento das suas propostas de regeneração partidária e do regime?

A resposta a esta pergunta terá de ser encontrada no quadro das relações de força e das estratégias políticas das diferentes forças em presença no derradeiro biénio da República. Emparedado entre as exigências de ordem das «forças vivas» e a intervenção política de pendor socializante dos sectores de esquerda da sua área ideológica, o Partido Democrático de António Maria da Silva tinha adoptado, desde 1924, uma política de temporização e de aproximação à direita. Em função desta linha de conduta, provocara uma crescente animosidade das forças de esquerda (*accionistas* de Álvaro de Castro, *esquerdistas* de José Domingues dos Santos, *seareiros*), que, depois de experiências governamentais falhadas, optaram por constituir facções ou mesmo novos partidos políticos, e por combater, com todas as armas ao seu alcance, o Partido Democrático.

Empobrecido no seu próprio campo, António Maria da Silva estava, no entanto, longe de constituir uma alternativa política para a «direita dos interesses» e para o inquieto sector militar de direita, que apostara em varrer todos os «políticos» da governação, para os substituir por homens da sua confiança.

A 30 de Maio de 1926, já sem meios militares para combater a conjura (e com muitos dos seus tradicionais apoiantes com um pé do lado da insurreição), António Maria da Silva e Bernardino Machado cederam o seu lugar a Mendes Cabeçadas, o único que, entre os conspiradores, parecia poder garantir alguma continuidade do poder constitucional.

Este era um cenário que já se havia repetido em 1920 e em 1923: na primeira data, o Partido Democrático havia cedido o lugar ao recém-criado Partido Libe-

ral; na segunda, ao novo Partido Nacionalista. No entanto, com maiorias no Congresso, sempre tinha sido possível ao Partido Democrático recuperar o poder na primeira ocasião de fragilidade dos opositores.

Em 1926, no entanto, a situação era já bem diferente, pela simples razão de que o próprio Congresso fora encerrado no dia a seguir ao golpe militar e as eleições livres deixaram de estar no horizonte próximo dos militares conspiradores.

Fazer a revolução – reinstaurar a democracia

Independentemente da complexa dinâmica política de um período de convulsão, cedo se constituíram três núcleos de republicanos, que, de formas diferenciadas, haviam de lutar pela reposição das liberdades constitucionais e pela regeneração da República, até pelo menos 1940, alguns deles com prejuízo da sua própria segurança e da vida.

Um primeiro, constituído por republicanos liberais nacionalistas e conservadores (mas interessado em repor o jogo democrático depois de um período de «ditadura temporária»), esteve com o 28 de Maio, participou na implantação da Ditadura Militar, mas, de forma continuada, foi abandonando o barco a pouco e pouco, descontente com o rumo dos acontecimentos; até que, por volta de 1930, se decidiu pela ruptura ou pela integração na nova situação. Civis ou militares, serviram o Estado nos anos seguintes, alguns de forma crítica, como aconteceu com o próprio almirante Mendes Cabeçadas, um dos revoltosos de 1926. Desiludidos, estarão entre os primeiros a rebelar-se contra o Estado Novo, a seguir à Segunda Guerra Mundial, reivindicando-se da «pureza do 28 de Maio».

À margem deste grupo, mas não muito longe do ponto de vista ideológico, um outro, onde pontavam os *unionistas-liberais* de Cunha Leal, alguns *nacionalistas* e mesmo alguns elementos *democráticos*, definiu desde o início um «apoio crítico» à Ditadura e apostou, a partir do início de 1927, num «pacto de transição democrática» a negociar com os militares que detinham o poder. Mantiveram essa atitude até 1930, altura em que Cunha Leal, um dos defensores dessa estratégia, se afastou da Situação, em ruptura com Salazar. A partir desse momento, avolumaram a oposição de esquerda ao novo regime e juntaram-se aos revirralhistas que, logo desde o Verão de 1926, se tinham empenhado na luta revolucionária contra a Ditadura Militar.

Este terceiro bloco, os revirralhistas, constituído pelos sectores mais à esquerda do Partido Democrático (*accionistas* de Álvaro de Castro, *esquerdistas* de José Domingues dos Santos), *seareiros*, *socialistas* e muitos *independentes*

– a consciência crítica da República dos anos que se seguiram à Primeira Guerra Mundial –, apoiado por um braço armado de natureza democrática e, de forma intermitente, pelo operariado organizado, conduzirão, entre 1927 e 1933, um vasto número de acções revolucionárias com a finalidade de derrubar a Ditadura e de repor um regime constitucional renovado. Em alguns momentos – como aconteceu na «Revolta de Fevereiro de 1927», na «Revolta de 26 de Agosto de 1931» ou na «Revolta da Madeira» deste mesmo ano –, mobilizaram milhares de combatentes e mantiveram, por largo tempo, uma guerra civil intermitente que pôs em causa a implantação e a consolidação da Ditadura e do Estado Novo.

Em declarações ao jornal *A Revolta* (21/5/1927), Jaime Cortesão afirmava que o bloco político que tinha conduzido à Revolução de Fevereiro de 1927 era constituído por «republicanos cuja actividade se tem [tinha] exercido fora da estrita actividade política, da vida partidária». E acrescentava ainda que dos 150 oficiais presentes na «Revolução do Porto», só cerca de 10% tinham filiação partidária. O movimento tinha congregado o maior número de escritores e propagandistas, visava restaurar o regime constitucional e constituir «um forte governo nacional, composto por algumas das mais honradas figuras da República». Era, no entanto, um movimento que se recusava a aceitar o *statu quo ante*, e pretendia regenerar e moralizar a República, na linha da estratégia que tinha orientado as coligações de esquerda dos governos de Álvaro de Castro (1923-1924) e de José Domingues dos Santos (1924-1925).

Na sua constituição, o bloco revolucionário do 3 de Fevereiro tinha predominância dos designados «revolucionários avançados», com destaque para a *esquerda democrática* de José Domingues dos Santos, para a *acção republicana* de Álvaro de Castro e para os *seareiros*, onde na altura se destacavam, entre outros, Jaime Cortesão, Raul Proença, David Ferreira ou José Rodrigues Miguéis. Por terem protagonizado algumas das políticas sociais mais avançadas, os governos de Álvaro de Castro e de José Domingues dos Santos puderam gozar de algum apoio do movimento sindical anarcossindicalista. Por isso mesmo, em Lisboa, e em especial no Porto, são numerosos os elementos civis do movimento sindical revolucionário que participam nos trabalhos da Revolução de Fevereiro de 1927¹⁸.

É verdade também que os revolucionários de 3 de Fevereiro se preocuparam em alargar o bloco social de apoio, na base de uma «Proclamação» que apenas definia um programa político mínimo, centrado sobre a reposição da Constituição e das liberdades públicas. Por isso, no seu Comité Revolucionário – tanto em Lisboa como no Porto – incluiu elementos que se haviam desagregado dos *democráticos* de António Maria da Silva, como o tenente da Armada Agatão Lança, ou mesmo outros elementos que tinham apoiado na rua o movimento de 28 de Maio de 1926 e que já nesta altura se encontravam desiludidos com a obra da Ditadura.

Apesar de centrado sobre objectivos políticos mínimos, o movimento reviralista adoptava, implicitamente, o programa político que tinha guiado os governos da Esquerda Democrática e da Acção Republicana durante os anos de 1924 e 1925, apoiados os dois por elementos seareiros.

Foram governos que, no essencial, se preocuparam em criar justiça social através de uma reforma fiscal justicialista e redistributiva, em introduzir reformas estruturais, como aconteceu com as Leis de Reorganização Agrária dos ministros Mário de Azevedo Gomes e Ezequiel de Campos, e em restabelecer a confiança do movimento popular e sindical, fortemente depauperado pela conjuntura económica do pós-guerra e maltratado pelos governos da República.

Da parte dos seareiros, o movimento revolucionário de Fevereiro incorporava um forte desígnio de moralização da República, a sugestão de profundas reformas políticas na arquitectura do próprio regime constitucional republicano, incluindo uma reforma dos partidos políticos e, desde o seu «Manifesto de 1923», a sugestão de um «governo extraordinário de competências», dotado de «poderes excepcionais», que impusesse uma «ditadura temporária», capaz de realizar as reformas económicas e políticas indispensáveis à regeneração do regime. Seriam reformas de «republicanos de tendência socialista», como considerava António Sérgio, numa demarcação clara do comunismo e do liberalismo económico.

Na sequência da derrota política da «Revolução de Fevereiro», os mais destacados elementos da Resistência Republicana rumaram ao exílio, primeiro na Galiza, depois em Paris, constituindo a designada Liga de Defesa da República (conhecida como Liga de Paris), de onde virá a sair o «Programa Político» que vai orientar os movimentos revolucionários contra a Ditadura, pelo menos até 1931.

No «Manifesto» da Liga, de Julho de 1927, adoptava-se um programa político reformista mas progressivo. Mas, principalmente, propunha-se um corte com o passado republicano da maioria democrática *bonzista* e o repúdio por qualquer «pacto de transição» a negociar com os republicanos conservadores que dominavam os postos-chave da Ditadura Militar instaurada em 1926. Nesta perspectiva, a transição só poderia ocorrer dentro de uma estratégia revolucionária, abdicando mesmo de um consenso vasto entre as várias forças antiditatoriais.

Uma análise serena da «herança» republicana

Depois das grandes derrotas oposicionistas de 1931 (nos arquipélagos atlânticos e no continente), a Conferência de Beirys (convocada sob a égide de Bernardino Machado, em Novembro de 1931), foi o canto de cisne da estratégia unitária

da oposição reviralista, tentada desde 1927-1928. Não foi possível constituir o «Comité Supremo da Revolução» porque, muito justamente, as estratégias se dividiram inexoravelmente: de um lado os defensores da transição pacífica – pactuada ou por via eleitoral (como propugnava a recém-criada Aliança Republicana e Socialista de Norton de Matos); do outro a estratégia revolucionária defendida por líderes como Afonso Costa, Jaime Cortesão, José Domingues dos Santos e, mesmo paradoxalmente, por liberais como Bernardino Machado ou Cunha Leal.

Segundo Cunha Leal, a Ditadura tinha provocado «um criminoso retrocesso», atirando «a massa geral do povo activo para a esquerda». Nestas circunstâncias, a reconstrução do Estado teria de fazer-se sob «a inspiração de princípios avançados»¹⁹.

As profundas transformações revolucionárias (ou pelo menos projectadas e exigidas) ocorridas durante o primeiro biénio da II República de Espanha são, porventura, as maiores responsáveis pelas alterações ideológicas, programáticas e estratégicas de líderes exilados como Afonso Costa, Jaime Cortesão ou Cunha Leal.

No interior, os efeitos dessa estratégia revolucionária, de cariz socializante, encontravam eco num movimento estudantil muito activo, onde despontavam os primeiros alvares do marxismo, também nos derradeiros movimentos anarcossindicalistas, bem como no comunismo nascente, disseminados todos por diferentes formas de organização (sindical, estudantil, operária ou militar).

Coincidindo com uma nova reorganização do movimento revolucionário exilado na Galiza, em Novembro de 1932 saíram a público vários documentos fundamentais para se perceber o pensamento político daquele núcleo de oposicionistas²⁰. Cunha Leal escreveu *Nova Renascença ou Nova Idade Média?*, onde alertava para a necessidade de acertar o passo pelos novos ventos da História. A dado momento, sobre o futuro de Portugal (e da Europa) considerava: «Autocracia? Nunca. Socialismo ou comunismo? Possivelmente, desde que se avance para essa meta com tranquilidade, sem revoluções.» Na resposta a este novo «Evangelho Democrático», o mesmo Cunha Leal tinha apresentado, em Maio do ano anterior, um patriótico «programa de regeneração»²¹ onde, a par de uma «política nacional», dava ênfase a um vasto leque de medidas de política social que previam a assistência médica gratuita, o alargamento da assistência social, as férias pagas e um salário mínimo.

Por seu turno, Afonso Costa, numa entrevista ao *Diário de Notícias* (26/11/1932), além de preconizar o restabelecimento das liberdades públicas, falava de um «socialismo integral», com nacionalização dos grandes organismos de transportes, municipalização da terra, entre outras medidas «avançadas»²².

Este era um programa que nascia, sem dúvida, sob o signo dos «ventos de Espanha», mas também sob o efeito de uma análise mais serena do processo repu-

blicano português que tinha conduzido o país à Ditadura Militar e de que muitos dos exilados tinham sido observadores e protagonistas privilegiados.

Cunha Leal, um dos republicanos mais responsáveis pelo decurso dos últimos acontecimentos políticos do regime, considerava que a Ditadura resultara «da desordem da República». Os republicanos não tinham conseguido criar um «regime de Partidos que permitisse imprimir aos Poderes do Estado uma marcha regular e fecunda». Vivia-se, como considerava, «sob o domínio de um só partido». Ora, perante uma elite pouco numerosa e seleccionada com pouco rigor, o Partido Democrático teria sido incapaz de «defrontar-se com os gravíssimos problemas» que estavam a afligir todos os povos no final da guerra²³.

À «depressão intelectual» do Partido Democrático, enfraquecido por sucessivas cisões, não se contrapunha, contudo, um bloco de centro-direita forte e organizado – considerava Cunha Leal –, mas antes «uns tantos Partidos e grupos, impotentes para o afastarem da governação pública pelos meios constitucionais»²⁴. Não admiraria, portanto, que tal situação tivesse dado origem à conspiração e ao golpe militar²⁵.

E como se tinha chegado a uma tal situação de bloqueamento institucional? Em larga medida, considerava Cunha Leal, por defeito do próprio sistema constitucional e da lei eleitoral existente, que tinham condenado o regime a um parlamentarismo de «partido dominante» (mas não hegemónico), sem que tivesse havido possibilidades de correcção, pois o órgão regulador – o Presidente da República – era, ele próprio, uma instituição refém de maiorias circunstanciais, sem capacidade de iniciativa. A possibilidade de dissolução do Congresso, que obteve, por reforma constitucional, em 1919, tinha sido sempre manobrada por blocos ou por forças políticas empenhadas no assalto ao poder. E, quando em 1918, Sidónio tentara uma nova experiência presidencialista, com diminuição do poder do Parlamento e maior peso da governação (tão necessário num período de catástrofe social e económica), só pudera contar com a hostilização dos partidos históricos e com o apoio de todos os «reaccionários» e antiliberais e monárquicos: «Todas as rãs do charco da reacção se [afoitaram] a sair dos seus buracos.»²⁶ Assim, uma experiência destinada à reforma da República terminara num banho de sangue e numa guerra civil.

Do ponto de vista político-partidário, Cunha Leal considerava que um sistema eleitoral inadequado tinha conduzido o país a eleições desvirtuadas – os resultados eleitorais nunca teriam representado de forma correcta os diferentes interesses –, o que conduziu o regime a um ciclo vicioso, de resultados políticos devastadores: a República nunca conseguira nem a bipolarização (à inglesa), nem a polarização de vários grupos minoritários que se unissem num bloco político circunstancial

(à francesa). O «partido único» era suficientemente forte para liderar o processo eleitoral, ganhar eleições e comandar a formação de governos, mas muito frágil para conduzir o processo político revolucionário: reinava, mas não governava, na expressão de Cunha Leal. Por isso, nem episódios como a guerra puderam contribuir para a emenda do processo político, já que a «União Sagrada» «não [passara] de uma união de via reduzida»²⁷.

Contudo, Cunha Leal não considerava que a falência das forças moderadas tivesse sido apenas uma resultante da corrupção eleitoral que beneficiava o partido que conduziu a revolução e se mantinha no poder desde 1910. No estudo que vimos seguindo, mostra-se igualmente implacável para o bloco de centro-direita (de *evolucionistas*, *unionistas* e *centristas*), que acusa de «pessoalismo», de confusão ideológica e de desordem espiritual. No seu afã de «pacificação da família portuguesa», tinham aberto as portas a todos os garfos impuros, republicanos ou não, democratas ou não: esta fora a «estafada área da sua propaganda». Ao contrário, Afonso Costa tinha sido «partidário da maneira forte», porque, pensava ele, «as direitas portuguesas não se deixam convencer, mas deixam-se vencer»²⁸.

Por que razão caíra então a República se, apesar de tudo, eram tão convictamente republicanos e democratas muitos dos que contribuíram para a sua queda? Pois, por vícios partidários que o regime não conseguiu corrigir: no afã quase transcendental de conduzir a mística revolucionária, o Partido Democrático aceitara perder os seus críticos e, com a força que lhe vinha do voto, secar todos os campos em seu redor. Em 1926, António Maria da Silva, totalmente vencido e isolado, limitara-se a encenar uma retirada de palco para ceder «constitucionalmente» o lugar aos conspiradores. Por seu lado, o bloco nacionalista de direita, empenhado no alargamento do seu campo de influência a todo o custo, mostrara-se incapaz de se demarcar dos conspiradores antiliberais e anti-republicanos que lhe pediram asilo para melhor manobrem na destruição da República: em 1926, eram eles que decidiam sobre a sorte do regime, atraindo manhosamente muitos republicanos genuínos sob o lema da instauração de uma «ditadura temporária e regeneradora». Alguns anos depois da queda da República, Cunha Leal considerava-se um desses republicanos que, para derrubarem o «partido único» e provocarem uma mudança de turno, se deixaram enredar em manobras conspirativas de alto risco.

Em 1932, no exílio galego, Cunha Leal afirmava: «Nem queremos o passado, que não deixou saudades, nem o presente que não nos honra.» Então que futuro? Um tempo e um espaço que possibilitasse «uma troca de impressões» entre os «homens mais representativos da República» para viabilizar um «partido único ao serviço dum programa de reconstrução nacional», como aquele que já tinha resultado na fundação da Aliança Republicano-Socialista. Contudo, a acção de

reconstrução nacional desse partido único terminaria no preciso momento em que, concluída a obra, se devesse permitir que o país voltasse a viver em sistema democrático, multipartidário e representativo, não permitindo o resvalamento para qualquer sistema autocrático. Seis anos depois do golpe que pusera fim à República, era ainda a estratégia que levou ao 28 de Maio aquela que presidia à ideia de Cunha Leal.

Ditadura – a resolução para o «problema português»?

Na condução da Ditadura Militar, também os militares e a nova classe política chegada às cadeiras do poder discutiam afanosamente o futuro da «República» e o advento do «novo estado» que queriam fundar.

Até ao início de 1930, estiveram presentes todas as hipóteses, incluindo a de uma transição para uma República liberal e pluripartidária. Ivens Ferraz, o chefe do Governo, numa entrevista ao jornal *O Século* (2/10/1929), abriu esperanças claras de regresso à normalidade constitucional, acenando «à expectativa paciente de todos aqueles que têm hostilizado a Ditadura», e condenando «aqueles a quem apetecia uma ditadura eterna».

No entanto, a relação de forças no interior da Ditadura Militar levará ao afastamento dos militares liberais conservadores e à emergência, cada vez mais evidente, de um sector integralista e antiliberal, ao qual Salazar iria dar corpo e alma nos anos seguintes, até se tornar o timoneiro incontornável e inamovível da Situação, depois de 1932.

No célebre «Discurso da Sala do Risco» (9 de Junho de 1930), perante a omnipresença dos militares que asseguravam a «nova ordem» (nos Governos Cívicos, na Censura, nas polícias políticas, nos Tribunais Militares, no Governo, na Presidência da República e nos quartéis), Salazar alinhava as primeiras ideias sobre o processo de transição. Tratava-se de um novo (e necessário) esclarecimento entre «nós, os homens do Governo», e «vós, os representantes da força pública», sob o escrutínio atentíssimo das *forças vivas*, impacientes com o rumo de desordem da Ditadura.

Passados apenas quatro anos – afirmava Salazar –, parecia que, «a acreditar em coisas que aí se escrevem», os portugueses não tinham reconhecido a obra da Ditadura e se tinham esquecido da desordem da República. Por isso relembra os seus auditores que, à época, a «Presidência da República não tinha força nem estabilidade. O Parlamento oferecia permanentemente o espectáculo da desarmonia, do tumulto, da incapacidade legislativa ou do obstrucionismo, escandalizando o

país com os seus processos e a inferior qualidade do seu trabalho. Aos ministérios faltava a consistência; não podiam governar mesmo quando os seus membros o queriam».

Que remédio então para os quatro problemas que enunciara no início do seu discurso – o problema financeiro, o problema económico, o problema social e o problema político? Os primeiros estavam em vias de solução ou adiados, o último era o mais relevante: a Ditadura não poderia ser «um simples parênteses da vida política partidária» – como tinham desejado os republicanos liberais que apoiaram o 28 de Maio, entenda-se. A Ditadura, pelo contrário, segundo Salazar, deveria «resolver o problema político português», porque «a experiência demonstrou que as fórmulas políticas que temos empregado lançaram-nos uns contra os outros em lutas estéreis».

Que era, pois, para Salazar governar em Ditadura? Em 1930, segundo o que afirmava no «Discurso da Sala do Risco», era uma coisa muito simples: «a concentração no governo do poder de legislar», sem limites de fiscalização democrática, sem o escrutínio livre da imprensa e com o apoio incondicional dos militares que dominavam o aparelho de Estado. Por isso lhes perguntava, a finalizar o discurso: «Conta de facto a Ditadura com o apoio de vós todos? De todos? – Pois, meus senhores, poderemos beber pelas prosperidades da Pátria Portuguesa.»

Estaria ainda longe do fim esta dúvida que assaltava Salazar em Junho de 1930, e bem assim a todos os presentes na Sala do Risco. O desenlace só pôde ocorrer depois das últimas revoltas reviralthistas de 1931, esse ano de todas as revoltas, e depois de se terem declarado publicamente os opositores moderados que decidiram constituir a Aliança Republicano-Socialista, para disputar as eleições anunciadas, no Verão de 1931.

Inutilizadas todas as oposições pela vitória militar (e depois pela prisão, julgamento sumário e deportação para as colónias) nesse ano de 1931, a Ditadura Militar abria, finalmente, o caminho à construção do Estado Novo, uma ditadura do chefe do Governo, embora constitucionalizada e nominalmente republicana.

Esta não era, no entanto, a República que muitos dos democratas e liberais que participaram no Movimento de 28 de Maio de 1926 desejavam, e muito menos o regime constitucional que ambicionavam reconstruir sobre a República moribunda. A sua República reivindicava a reposição das liberdades e garantias dos cidadãos, o escrutínio livre dos governantes e a representação democrática da nação soberana num órgão parlamentar com funções legislativas e fiscalizadoras do poder executivo. Mesmo que no horizonte de alguns estivesse bem definida a necessidade de uma profunda reforma constitucional do regime republicano que tinha vigorado até 1926.

Um século passado sobre a primeira experiência republicana, poderia sempre perguntar-se se dezasseis anos não teriam sido suficientes para que os responsáveis políticos se tivessem dado conta dos erros e das soluções possíveis para a sua correcção. Porém, quando indagamos sobre a história daquele período, o que vislumbramos são as perplexidades e as dificuldades insuperáveis – de que muitos dos intervenientes políticos mais activos se (nos) deram conta. E também a consciência antecipada que muitos tiveram de uma outra mudança, por ruptura, que se avizinhava e da sua incapacidade para a evitar.

Na história – como na vida –, há problemas insolúveis, mesmo quando os homens os reconhecem e, de forma decidida, se dispõem a solucioná-los. E essa parece ter sido, sem dúvida, a situação dos republicanos liberais e democratas que, em 1925-1926, perante a agonia da República – que muitos haviam amado como a sua «Dulcineia» –, se empenharam, a todo o custo, em salvar da ruína.

NOTAS

- ¹ Referimo-nos a toda a legislação do Governo Provisório, com realce para a Lei da Separação entre o Estado e a Igreja, de 20 de Abril de 1911.
- ² A imprensa encontrou neste primeiro quartel do século xx a sua época de ouro, com milhares de títulos (entre imprensa local e nacional), com jornalistas de renome e periodistas literatos empenhados na doutrinação política e cultural, e com políticos que prolongavam diariamente a sua luta parlamentar ou governamental nas inúmeras «folhas» que fundaram ou ajudaram a manter. Se é verdade que foram as armas dos militares que derrubaram a República, não é menos verdade que foi pela imprensa que os seus adversários lhe trespassaram o coração. Alguns, foram tanto mais adversários quanto mais amaram a República. Uns, como Machado Santos n' *O Intransigente* (1910-1915), materializavam o seu desencanto no furor antijacobino e antifonsista com que desencavam a condução do processo revolucionário por Afonso Costa; outros, como António José de Almeida, compensavam a perda de protagonismo – de tribuno popular, a figura de segundo plano, em 1911 –, com a denúncia da «ditadura afonsista» e com a reafirmação da sua proverbial tolerância no jornal *A República* (1911-1919). Por seu lado, Brito Camacho, n' *A Lucta* (1906-1916), era a voz da notabilidade republicana, muito incomodada com o curso radical do processo revolucionário. Bastariam estas vozes críticas (multiplicadas pela numerosíssima imprensa local) para não serem necessárias as vozes dos opositores do regime, situados no campo monárquico e católico.
- ³ Em Março de 1920, o Partido Democrático, já empobrecido com o afastamento tutelar de Afonso Costa, sofreu a cisão de Álvaro de Castro, que veio a constituir no Congresso o Grupo Parlamentar de Reconstituição Nacional, mais tarde Partido Republicano de Reconstituição Nacional; em 1925, José Domingues dos Santos liderou a segunda cisão no Partido Democrático, dando origem ao Grupo Parlamentar da Esquerda Democrática (Julho de 1925) e, uns meses depois, ao Partido da Esquerda Democrática.
- ⁴ O bloco liberal e nacionalista teve quatro momentos decisivos de reconstituição, mas nenhum deles com força para criar uma verdadeira alternativa ao Partido Democrático. Em Fevereiro de 1912, a União Nacional Republicana, uma formação de incidência parlamentar, cindiu-se no Partido Evolucionista e no Partido Unionista, ficando aí estabelecido o quadro constitucional do republicanismo moderado que se manteve até à guerra; num segundo momento, *evolucionistas*, *unionistas* e *centristas* deram origem à primeira fusão demoliberal, que resultou na criação do Partido Republicano Liberal, em Outubro de 1919; em Fevereiro de 1923, voltou a ocorrer uma refundação do republicanismo moderado, em torno do novo Partido Nacionalista Republicano, formado por *liberais* e *reconstituíntes*; por fim, em Março de 1926, uma nova cisão do PRN deu origem à União Liberal Republicana.
- ⁵ No Verão de 1923, sob o efeito de uma fortíssima crise política, económica e financeira, o presidente da República Manuel Teixeira Gomes tentou igualmente a criação de um «governo nacional», que unisse *democráticos* e *nacionalistas* sob a égide de Afonso Costa, entretanto regressado de Paris para negociar essa solução. Que não chegou a bom porto, como já não tinha chegado em Fevereiro de 1922, e viria a acontecer, de novo, em Junho de 1924.
- ⁶ O Partido Democrático obtivera uma expressiva maioria de 83 representantes na Câmara de Deputados. À sua esquerda, tinham sido eleitos 19 independentes e 6 deputados da Esquerda Democrática, uma cisão recente do Partido Democrático. À direita, a alternativa nacionalista elegera apenas 36 deputados, sob uma liderança tripartida de Ginestal Machado, Tamagnini Barbosa e Cunha Leal. A União dos Interesses Económicos, pela primeira vez no Parlamento, contava com 6 deputados, e os monárquicos com 7 representantes.

- ⁷ António Maria da Silva (1872-1950) foi um dos fundadores civis da República do período revolucionário. Foi membro fundador da Carbonária, sendo um dos seus líderes nas vésperas do 5 de Outubro. A partir de 1913 desempenha vários cargos ministeriais, tendo sido o político que mais tempo permaneceu em governos durante o regime republicano. Em 1917, fazia parte do Directório do PRP e, depois da guerra, tornou-se um dos líderes do partido, agora conhecido como Democrático, ao qual imprimiu um rumo ordeiro e conservador. Pela sua conduta cautelosa e ordeira, passou a ser apontado como um dos «bonzos» do partido, por oposição à ala esquerda, denominada de «canhota».
- ⁸ José Mendes Cabeçadas (Loulé, 1883 – Lisboa, 1965) foi oficial da Armada, republicano do 5 de Outubro e um dos líderes do Comité Revolucionário de 28 de Maio de 1926. Foi deputado e pertenceu aos partidos Unionista, Liberal e Nacionalista. A sua acção contra o «partido único» dos democráticos inicia-se com a revolta do navio *Vasco da Gama*, a 19 de Julho de 1925. Absolvido, regressa à conspiração. Em 30 de Maio de 1926 recebe os «poderes legítimos» da República das mãos do presidente Bernardino Machado. Uns dias depois, a 17 de Junho, foi «despedido» por Gomes da Costa. Passou, alguns anos depois, à oposição, tendo sido um dos líderes das revoltas contra a Ditadura de 1946 e 1947, altura em que foi demitido do seu posto. Nos anos 50 e 60 integra os movimentos oposicionistas de natureza social-democrata – o Directório Democrato-Social e a Acção Democrato-Social, ao lado de oposicionistas como Cunha Leal, Mário de Azevedo Gomes ou António Sérgio.
- ⁹ Carta de transmissão de poderes do presidente Bernardino Machado ao comandante Mendes Cabeçadas, datada de 31 de Maio de 1926.
- ¹⁰ Em nota oficiosa de 24 de Maio, Bernardino Machado considerava que o conflito era da «ordem interna da Câmara e que cabia ao Senado pronunciar-se sobre «o acto ministerial em litígio» [referia-se ao conflito aberto entre o Parlamento e o Governo]. E acrescentava que «se o Presidente da República houver de intervir, será, como sempre, constitucionalmente e não arbitrariamente». Quatro dias depois, outros saberiam como agir, mesmo sem o concurso de qualquer legitimidade constitucional.
- ¹¹ Este desígnio aparece expresso na carta que Mendes Cabeçadas dirigiu ao presidente da República a 28 de Maio de 1926. Sobre os intuítos regeneradores da República do grupo político em que se inscrevia o comandante Mendes Cabeçadas – a União Liberal Republicana, chefiada por Cunha Leal, vide Luís Farinha, «Cavaleiros da Pátria. Os Liberais e a Transição Pactuada (1925-1929)», in *O 28 de Maio Oitenta Anos Depois: Contributos para uma reflexão* (apresentação de Luís Reis Torgal), CEISXX e Instituto de História das Ideias, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2006.
- ¹² Vide *A Voz da Verdade*, Viseu, 5/6/1926. No mesmo sentido vinham a público os editoriais e artigos de análise política do jornal *O Rebate*, órgão lisboeta do Partido Democrático, na primeira quinzena de Junho de 1926. Só na segunda quinzena, depois da publicação de uma carta de Cunha Leal a Mendes Cabeçadas acusando este de timorato, *O Rebate* considerou que começava ali a verdadeira ditadura.
- ¹³ João Camoesas (Elvas, 1887 – EUA, 1951) foi um médico e professor que colaborou em vários jornais republicanos. Era republicano democrático – um dos designados «bonzos» – e foi deputado em várias legislaturas, pelo Círculo de Portalegre. Nos anais parlamentares ficou célebre o seu discurso de cerca de oito horas no Congresso, na sessão nocturna de 16 para 17 de Julho de 1925, com a finalidade de obviar à aprovação de uma moção de desconfiança dos nacionalistas ao governo de António Maria da Silva (que não deixou de cair uns dias depois). Foi ministro da Instrução em 1923 e 1925. Revelou-se, a partir dos anos 30 um opositor à Ditadura e foi, por isso, deportado para Angola em 1932. Em seguida, exilou-se nos EUA, onde constituiu um forte esteio de apoio à oposição exilada.

- ¹⁴ A designação de «bonzos» para algumas figuras do Partido Democrático começou a ser aplicada ainda durante a República, no início da década de 20, quando as diferentes sensibilidades se começaram a afastar de um partido imobilizado e sem capacidade para se adaptar às novas circunstâncias saídas da guerra. Em 1920, saiu Álvaro de Castro e Domingos Pereira (tendo o segundo optado por reingressar no partido poucos meses depois). O primeiro fundou o Partido Reconstituente. A imobilidade do Partido Democrático tornou-se mais aflitiva a partir de 1923, quando abdicou diversas vezes de assumir o poder, mesmo tendo obtido maiorias eleitorais, ou em 1925, quando a ala «canhota» do partido, chefiada por José Domingues dos Santos, exigiu reformas económicas e sociais democráticas, e o partido, atemorizado pela força dos militares e das direitas (parlamentares e extraparlamentares), se decidiu por sucessivas cedências, até à cedência final: a entrega «legal» do Governo e da Presidência da República aos conspiradores do 28 de Maio.
- ¹⁵ Vide *A Plebe*, órgão da Federação Municipal do PRP do Círculo de Portalegre, 6/6/1926.
- ¹⁶ A revolta de 18 de Abril de 1925 aliou a direita nacionalista parlamentar a sectores militares e civis que começavam a correr por fora da República constitucional e propunham o desmantelamento dos partidos políticos, a dissolução do Parlamento e a condução ditatorial do país. Foram seus líderes maiores o comandante Filomeno da Câmara, acolitado pelo coronel Raul Esteves, e o general Sinel de Cordes. O movimento militar deflagrou e findou, pela derrota, vinte e quatro horas depois de se ter anunciado, na Rotunda do Marquês. No entanto, a vitória militar do governo do ministério de Vitorino Guimarães não foi acompanhada por um julgamento conforme e por um castigo exemplar dos revoltosos. Absolvidos no julgamento, os conspiradores tornaram-se, aos olhos da opinião pública, os verdadeiros juizes de um poder político frouxo e pouco convicto.
- ¹⁷ Claro que a direita doutrinária não tinha grandes dúvidas sobre o que pretendia: em *O Pensamento Político do Exército* (p. 45), Fidelino Figueiredo, um dos arautos do nacionalismo, considerava que o que na altura se pretendia era a vitória de «um movimento de força pública destinado a impor um governo enérgico». Defendiam-se aí novas soluções políticas – «uma ditadura forte, não contra os partidos, mas fora e acima deles».
- ¹⁸ Este apoio às revoltas republicanas manteve-se, pelo menos, até 1928. Nesse ano, durante a designada «Revolta do Castelo», de 20 de Julho, os ferroviários, através das suas estruturas sindicais semi-clandestinas, proclamaram a «greve geral revolucionária», para derrubar «a tirania e a Ditadura».
- ¹⁹ Leal, Cunha (1932), *Os Partidos Políticos na República Portuguesa*, Corunha: Imprensa Moret, «Os Meus Cadernos», n.º 2, p. 108.
- ²⁰ A propósito da reorganização de 1932 no exílio galego, vide Luís Farinha, (1998), *O Revirvalho, Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*, Lisboa: Estampa, pp. 214-220.
- ²¹ Sobre este «programa de regeneração nacional», vide Cunha Leal (1931), *Ditadura, Democracia ou Comunismo? O Problema Português*, Corunha: Imprensa Moret.
- ²² Estas novas reflexões e doutrinas ficaram plasmadas num «Projecto de Plataforma de Frente Única das Forças Populares Motoras da Democracia», inspirador e responsável pelo derradeiro esforço revolucionário reviralhista, numa acção estratégica a que ficaram ligados operacionais como o major Sarmento de Beires e o coronel Ribeiro de Carvalho. Foi, contudo, um plano revolucionário que viria a ser completamente desmantelado pela Ditadura, com a prisão dos principais líderes em Novembro de 1933. Sobre esta derradeira tentativa de revolta, durante o Verão de 1933, vide Luís Farinha (1998), *O Revirvalho...*, pp. 220-222.
- ²³ Leal, Cunha (1932), *Os Partidos Políticos na República Portuguesa*, Corunha: Imprensa Moret, «Os Meus Cadernos», n.º 2, p. 105.
- ²⁴ *Idem, ibidem.*

²⁵ Nesta matéria, Cunha Leal sabia, por experiência própria, do que falava. Participara nas fusões de 1920 (Partido Liberal) e de 1923 (Partido Nacionalista), as duas sem grandes sucessos organizativos e governamentais. Tentara a reconstitucionalização do regime por um rotativismo democrático das duas principais forças em finais de 1921, quando era chefe do Governo, e também sem êxito. Conheceu por dentro o ambiente conspirativo civil e militar, pelo facto de, desde 1923, muitos dos seus correligionários nacionalistas se terem comprometido com golpes militares. Apoiara, pelo menos de forma tácita, a conjura de Mendes Cabeçadas em 28 de Maio de 1926, confiante de que essa seria a forma de afastar a direita antiliberal e de destronar o Partido Democrático, através de uma «ditadura temporária» e regeneradora que instaurasse um regime de rotativismo democrático. Também aqui os seus esforços e convicções saíram baldados. Tentara, *in extremis*, uma «transição pactuada» com os elementos liberais da Ditadura Militar até ao Verão de 1927. E essa teria sido a sua última intervenção política, antes do embate com Salazar, em 1930, por causa da questão colonial.

²⁶ Leal, Cunha (1932), *Os Partidos Políticos na República Portuguesa*, Corunha: Imprensa Moret, «Os Meus Cadernos», n.º 2, p. 99.

²⁷ *Idem*, p. 93.

²⁸ *Idem*, p. 90.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Diário da Câmara dos Deputados (1910-1926)

Diário do Congresso (1910-1926)

Regimento da Assembleia Nacional Constituinte e propostas de revisão

Jornais e revistas

(1908-1931)

A Lucta

Diário de Lisboa

O Mundo

A Noite

O Popular

O Rebate

A República

Seara Nova

O Século

A Situação

Livros

LEAL, Cunha (1966-1967), *As Minhas Memórias*, Lisboa: Edição do Autor, vols. I e II.

LEAL, Cunha (1922), *Eu, os Políticos e a Nação*, Lisboa: Portugal-Brasil.

LEAL, Cunha (1932), *Os Partidos Políticos na República Portuguesa*, Corunha: Moret, «Os Meus Cadernos», n.º 2.

PROENÇA, Raul (1972), *Páginas de Política*, Lisboa: Seara Nova.

RELVAS, José (1972), *Memórias Políticas*, Lisboa: Terra Livre.

TELES, Basílio (1911), *As Ditaduras*, Famalicão: Minerva.

BIBLIOGRAFIA

AAVV (2006), *O 28 de Maio Oitenta Anos Depois: Contributos para uma reflexão* (apresentação de Luís Reis Torgal), Coimbra: CEISXX, Instituto de História e Teoria das Ideias, FLUC.

BAIÔA, Manuel (ed.) (2004), *Elites e Poder: A crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa: CIDEHUS-EU, Edições Colibri.

FARINHA, Luís (2004) «O Parlamento Republicano: Funcionamento e reformas (1918-1926)», in Manuel Baiôa (ed.), *Elites e Poder: A crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa: CIDEHUS, Edições Colibri, pp. 49-77.

FARINHA, Luís (2002), *Estudo sobre a Acção Política Parlamentar de Francisco Pinto da Cunha Leal como Deputado ao Congresso da República (1918-1926)*, Lisboa: Coleção Parlamento, Assembleia da República / Afrontamento, 2 vols.

- FARINHA, Luís (2009), *Cunha Leal, Deputado e Ministro da República. Um notável rebelde (1918-1926)*, Lisboa: Coleção Parlamento, Texto Editora/Assembleia da República.
- LEAL, Ernesto Castro (1998), «Partidos e Grupos Políticos na I República», in João Medina (dir.), *História de Portugal – A República*, Lisboa: Clube Internacional do Livro, 2 vols.
- LEAL, Ernesto Castro (2008), *Partidos e Programas: O campo partidário republicano português 1910-1926*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- LOPES, F. Farelo (1994), *Poder Político e Caciquismo na 1.ª República*, Lisboa: Editorial Estampa.
- LOPES, F. Farelo (1988), *A I República Portuguesa: Questão eleitoral e deslegitimação*, Tese de dissertação de doutoramento (polic.), Lisboa: ISCTE.
- LOPES, F. Farelo (1993), «Um Regime Parlamentarista de Partido Dominante», in António Reis (org.), *Portugal Contemporâneo*, vol. III, Lisboa: Alfa, pp. 85-100.
- MARQUES, A. H. (1994), *Nova História de Portugal – Portugal da Monarquia para a República*, vol. XI, Lisboa: Presença.
- PINTO, António Costa (1989), «O Fascismo e a Crise da I República: Os nacionalismos lusitanos (1923-1925)», *Penélope*, n.º 3, Lisboa: Edições Cosmos, pp. 43-62.
- QUEIROZ, António José (2008), *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, Lisboa: Livros Horizonte.
- RAMOS, Rui, (2004), «Foi a Primeira República Um Regime Liberal? Para uma caracterização política do regime republicano português entre 1910 e 1926», in Manuel Baiôa (ed.), *Elites e Poder: A crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa: CIDEHUS, Edições Colibri, pp. 185-246.
- REIS, António (2003), *Raul Proença: Biografia de um intelectual político republicano*, Lisboa: INCM, 2 vols.
- ROSAS, Fernando, (1989), «A Crise do Liberalismo e as Origens do Autoritarismo Moderno e do Estado Novo em Portugal», *Penélope*, n.º 2, Lisboa: Edições Cosmos, pp. 97-114.
- ROSAS, Fernando (1994), «O Estado Novo», in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa: Círculo de Leitores.
- SERRA, José Bonifácio (1990), «Do 5 de Outubro ao 28 de Maio: A instabilidade permanente», in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. III, Lisboa: Alfa, pp. 13-84.
- SILVA, José Manuel G. Salazar Gonçalves (1996), *O Partido Reconstituente: Clientelismo, faccionalismo e descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, Tese de dissertação de mestrado (pol.), Lisboa: ICS.